CAPÍTULO DO LIVRO – DESENVOLVENDO O APRENDIZADO VOLUME 3 – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS PUBLICADO POR: EDITORA MANUAL
ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

CAPÍTULO 13

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS NO ASSENTAMENTO ANDALUCIA – NIOAQUE/MS

DOI DO CAPÍTULO: 10.29327/5920841.1-12

Gilda Romualdo de Oliveira
Cristiane Francelina Dias

RESUMO

A Educação do Campo encontra-se historicamente vinculada às lutas e resistências protagonizadas pelos Movimentos Sociais do Campo no Brasil. Esses movimentos denunciam as desigualdades decorrentes da concentração fundiária e impulsionam propostas educativas comprometidas com a realidade camponesa. Nesse contexto, a Pedagogia da Alternância destaca-se como estratégia formativa que articula escola, comunidade e território, mantendo estreita relação com as experiências coletivas das famílias assentadas. O presente estudo busca compreender de que modo essa proposta pedagógica contribui para o enfrentamento das desigualdades estruturais no campo e para a consolidação de direitos sociais no Assentamento Andalucia, localizado no município de Nioaque, Mato Grosso do Sul. A pesquisa, de abordagem qualitativa, fundamenta-se nas trajetórias e vivências dos sujeitos do campo, reconhecendo-as como produtoras de saberes fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e educacionais do território. A análise está ancorada nos pressupostos teóricos da Questão Agrária, da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância. Os resultados evidenciam que a articulação entre os Movimentos Sociais do Campo e a Pedagogia da Alternância fortalece práticas educativas comprometidas com a justiça social, a dignidade humana e a valorização das identidades camponesas, contribuindo para a afirmação de direitos e a permanência das famílias na terra.

Palavras-chave: Educação do Campo; Movimentos Sociais; Pedagogia da Alternância; Questão Agrária; Assentamento Andalucia.

ABSTRACT

Rural Education is historically linked to the struggles and resistance led by Rural Social Movements in Brazil. These movements denounce inequalities arising from land concentration and promote educational proposals committed to the reality of rural populations. In this context, the Pedagogy of Alternation stands out as a formative strategy that connects school, community, and territory, maintaining a close relationship with the collective experiences of settler families. This study aims to

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

understand how this pedagogical approach contributes to addressing structural inequalities in rural areas and to the consolidation of social rights in the Andalucia Settlement, located in the municipality of Nioaque, Mato Grosso do Sul, Brazil. The research adopts a qualitative approach, grounded in the trajectories and lived experiences of rural subjects, recognizing them as producers of knowledge essential for understanding the social and educational dynamics of the territory. The analysis is based on the theoretical frameworks of the Agrarian Question, Rural Education, and the Pedagogy of Alternation. The results show that the articulation between Rural Social Movements and the Pedagogy of Alternation strengthens educational practices committed to social justice, human dignity, and the valorization of rural identities, contributing to the affirmation of rights and the permanence of families on the land.

Keywords: Rural Education; Social Movements; Pedagogy of Alternation; Agrarian Question; Andalucia Settlement.

1 INTRODUÇÃO

A realidade do campo brasileiro é marcada por profundas desigualdades sociais e históricas, decorrentes da concentração fundiária da terra e da consequente restrição do acesso a direitos fundamentais pelas populações camponesas. Nesse contexto, os Movimentos Sociais do Campo desempenham papel central na luta pela reforma agrária, pela democratização da terra e pela formulação de políticas públicas voltadas às populações rurais.

Entre as conquistas desses movimentos, destaca-se a Educação do Campo, compreendida como uma proposta construída pelos próprios sujeitos do campo, em diálogo com suas culturas, necessidades e modos de vida. Em contraposição ao modelo de educação rural tradicional, essa perspectiva busca valorizar os saberes locais, fortalecer a identidade camponesa e contribuir para a permanência das famílias em seus territórios.

Nesse contexto, a Pedagogia da Alternância emerge como uma importante estratégia educativa, articulando tempos e espaços formativos entre escola, família, comunidade e trabalho. Sua proposta permite que os estudantes relacionem os conhecimentos escolares com as experiências vivenciadas em seus territórios, fortalecendo o vínculo entre educação e realidade social.

O Assentamento Andalucia é formado por famílias que conquistaram a terra por meio da Reforma Agrária, com forte atuação de movimentos sociais. Entre suas principais atividades produtivas estão a pecuária leiteira Costa (2008), a coleta e

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

beneficiamento do cumbaru (FALCÃO; PHILIPPI; PORTO, 2019) e práticas de agricultura familiar diversificada.

A história de permanência das famílias assentadas está relacionada diretamente com outros processos de lutas, pelo acesso as políticas públicas: de apoio e subsídios, de créditos e assistência técnica, de infraestrutura, de saúde e sobretudo de uma educação que se vincule a esta realidade social. Nesse sentido, a Educação do Campo, é mais que um direito: é uma estratégia de resistência e construção de um projeto de vida sustentável, que respeite a dignidade e a cultura camponesa.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a experiência da Educação do Campo no Assentamento Andalucia, analisando suas relações com outras dimensões da vida social, como acesso à terra, moradia, saúde, cultura, lazer e soberania alimentar. Busca-se compreender de que forma a Pedagogia da Alternância contribui para a construção de alternativas de desenvolvimento e para a consolidação dos direitos das famílias assentadas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, por considerar os fenômenos sociais e educativos em seus contextos históricos e territoriais. O estudo buscou analisar as relações entre os Movimentos Sociais do Campo, a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância, tomando como referência as experiências vivenciadas pelas famílias do Assentamento Andalucia, em Nioaque, Mato Grosso do Sul.

O percurso metodológico foi organizado em três etapas articuladas. A primeira correspondeu à pesquisa bibliográfica, com estudos relacionados à Questão Agrária, aos Movimentos Sociais do Campo, à Educação do Campo e à Pedagogia da Alternância, constituindo o referencial teórico para a análise da realidade investigada.

A segunda etapa compreendeu a pesquisa de campo realizada no Assentamento Andalucia, junto a sujeitos que participaram de diferentes momentos da constituição e consolidação do assentamento. Foram utilizados como procedimentos a observação participante, entrevistas semiestruturadas, relatos orais, diário de campo e registros de áudio. As entrevistas e os relatos orais possibilitaram

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

conhecer as percepções dos participantes sobre a trajetória do assentamento, a atuação dos movimentos sociais e as experiências educativas. A observação participante permitiu acompanhar práticas e relações presentes no cotidiano das famílias, enquanto o diário de campo e os registros de áudio contribuíram para documentar e sistematizar as informações produzidas durante a pesquisa.

A terceira etapa correspondeu à organização, sistematização e análise dos dados. As informações produzidas em campo foram analisadas em diálogo com o referencial teórico, buscando estabelecer relações entre as narrativas dos participantes e as dimensões sociais e educativas presentes no assentamento. A análise voltou-se, especialmente, para as possibilidades de articulação entre os princípios da Educação do Campo e da Pedagogia da Alternância e as experiências de organização, trabalho, participação comunitária e formação vivenciadas pelas famílias assentadas.

3 O ASSENTAMENTO ANDALUCIA E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

No Brasil, a Educação do Campo e sua prática educativa está profundamente vinculada às lutas e resistências protagonizadas pelos movimentos sociais do campo. Sua constituição histórica não pode ser compreendida de forma dissociada dos processos de mobilização social que reivindicam o acesso à terra, à Reforma Agrária e a outros direitos fundamentais das populações camponesas.

As reflexões e experiências que deram origem à Educação do Campo mantêm estreita relação com a questão agrária brasileira e com a atuação dos movimentos sociais comprometidos com a democratização do acesso à terra. Ao longo de sua trajetória, esses movimentos evidenciaram para a sociedade e para o Estado as profundas desigualdades que caracterizam a estrutura fundiária do país, marcada pela concentração da propriedade da terra e pela exclusão histórica de grande parcela da população rural.

À medida que essas lutas avançavam, os sujeitos do campo ampliaram suas pautas de reivindicação, incorporando também a defesa do direito à educação. Nesse contexto, passou a ganhar força uma concepção educativa comprometida com as especificidades culturais, sociais e econômicas das populações camponesas, valorizando seus modos de vida, seus saberes e suas formas de organização social.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Trata-se de uma proposta que busca articular educação, trabalho, cultura e desenvolvimento sustentável, contribuindo para o fortalecimento das comunidades rurais e para a construção de alternativas de permanência no campo. Caldart et al. (2013).

Dessa forma, a Educação do Campo emerge das reivindicações históricas dos movimentos sociais que lutam por justiça social e Reforma Agrária. Essas organizações questionam o modelo de desenvolvimento baseado na concentração fundiária e na expansão do agronegócio, defendendo alternativas que reconheçam e fortaleçam os modos de vida camponeses. Dias (2022).

Nesse cenário, a luta pela terra assume papel central ao denunciar as desigualdades históricas relacionadas à posse e ao uso dos recursos naturais. Como destacam Candil (2004) e Costa (2008), o Assentamento Andalucia insere-se nesse contexto como resultado de processos de mobilização social e organização coletiva. Sua trajetória expressa a busca pela garantia do acesso à terra, à educação de qualidade e a outros direitos sociais, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade cultural dos sujeitos do campo, incentiva práticas agroecológicas e contribui para a construção de um projeto de soberania alimentar e sustentabilidade alinhado aos princípios da Educação do Campo e das lutas sociais.

Após a conquista da terra, os movimentos sociais passaram a reivindicar também condições que garantissem a permanência digna das famílias nos assentamentos. Entre essas demandas, destaca-se a defesa de uma educação que respeite as especificidades culturais, produtivas e sociais do campo e que contribua para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável voltado ao fortalecimento das comunidades rurais Ecoa (2019).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo ultrapassa os limites da escola e se articula com diferentes dimensões da vida social, econômica, cultural e política das comunidades rurais. Conforme destaca Caldart (2010), trata-se de uma proposta educativa comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a justiça social. Diferentemente da educação rural tradicional, a Educação do Campo reconhece a realidade específica das populações camponesas, suas demandas e seus processos históricos de luta por terra, trabalho, cultura e direitos.

Esse modelo educativo busca superar a histórica dicotomia entre campo e cidade, valorizando os saberes, as práticas e as identidades construídas no cotidiano

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

das comunidades rurais. A escola, nesse contexto, passa a dialogar diretamente com as necessidades e potencialidades do território onde está inserida. Como ressalta Arroyo (2012), a Educação do Campo não pode ser compreendida como uma simples adaptação do currículo urbano para o meio rural; trata-se de uma concepção de educação comprometida com a realidade, a participação e o protagonismo dos sujeitos do campo. Assim, reconhece o campo como espaço de produção de conhecimento, de cultura e de luta social, defendendo uma educação vinculada às necessidades concretas da população rural.

No caso do Assentamento Andalucia, diferentes estudos, (CANDIL, 2004; COSTA, 2008; FALCÃO; PHILIPPI; PORTO, 2019), evidenciam que práticas como o extrativismo sustentável do cumbaru e a produção agroecológica desempenham papel fundamental na geração de renda e no fortalecimento da identidade camponesa. Mais do que atividades produtivas, essas experiências constituem importantes estratégias de resistência social e territorial.

As iniciativas agroecológicas desenvolvidas no assentamento têm se destacado por conciliar produção e preservação ambiental, reduzindo a dependência de insumos químicos, fortalecendo a soberania alimentar e valorizando os saberes tradicionais construídos pelas famílias assentadas. Nesse sentido, tais práticas dialogam diretamente com os princípios da Educação do Campo, ao promoverem a valorização da cultura, do trabalho e da identidade dos sujeitos que vivem no território. Além disso, contribuem para a construção de alternativas concretas de sustentabilidade, reafirmando o assentamento como espaço de resistência, produção de conhecimento e fortalecimento das comunidades camponesas.

Com base nas reflexões de Freire (1996), a experiência do Assentamento Andalucia evidencia que a educação assume um papel fundamental na construção da autonomia dos sujeitos e no fortalecimento das comunidades camponesas. Para o autor, ensinar não significa transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua produção e construção coletiva, reconhecendo os saberes que os educandos trazem de suas experiências de vida e de trabalho.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo desenvolvida no assentamento ultrapassa a dimensão escolar e se constitui como um processo formativo vinculado à realidade vivida pelas famílias, às lutas sociais, ao trabalho na terra e à preservação dos recursos naturais. As práticas agroecológicas, o extrativismo sustentável do

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

cumbaru e as formas coletivas de organização social revelam-se como espaços de produção de conhecimento, nos quais os sujeitos aprendem, ensinam e constroem alternativas para sua permanência no território.

Assim, o Assentamento Andalucia representa mais do que uma conquista material da terra; configura-se como um espaço de formação humana, de resistência e de construção de novos projetos de vida. Ao valorizar os saberes locais, a participação coletiva e o compromisso com a transformação da realidade, suas experiências aproximam-se dos princípios defendidos por Freire (1996), reafirmando a educação como prática de liberdade e como instrumento de emancipação social. Desse modo, a trajetória do assentamento demonstra que a Educação do Campo, articulada às lutas sociais e a soberania alimentar, contribui para a formação de sujeitos autônomos, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

4 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA COMO ESTRATÉGIA FORMATIVA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Pedagogia da Alternância constitui uma proposta educativa que emerge da necessidade de construir processos formativos articulados à realidade dos sujeitos do campo. Desenvolvida inicialmente na França, em 1935, por meio das *Maisons Familiales Rurales* (MFRs), essa metodologia foi incorporada ao contexto brasileiro a partir da década de 1960, especialmente nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs), consolidando-se como uma importante estratégia para a Educação do Campo Nosella (2012).

A principal característica da Pedagogia da Alternância consiste na organização do processo educativo em tempos e espaços distintos, porém complementares: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. Durante o Tempo Escola, os estudantes desenvolvem atividades teóricas, reflexões coletivas e sistematização dos conhecimentos. Já no Tempo Comunidade, vivenciam experiências práticas em suas propriedades, comunidades e organizações sociais, possibilitando a aplicação dos conhecimentos construídos no ambiente escolar Gimonet (2007).

Segundo Gimonet (2007), a alternância não representa apenas uma divisão do tempo entre escola e comunidade, mas constitui uma metodologia pedagógica que

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

busca integrar os saberes científicos aos saberes populares, valorizando as experiências dos educandos e promovendo uma formação contextualizada. Nesse sentido, o estudante deixa de ser apenas receptor de conteúdos para tornar-se sujeito ativo na produção do conhecimento.

A Pedagogia da Alternância se aproxima e se fundamenta nas concepções de Freire (1996), especialmente ao reconhecer que a educação deve partir da realidade concreta dos educandos. Para Paulo Freire, ensinar exige respeito aos saberes socialmente construídos pelos sujeitos em suas práticas cotidianas. Assim, a aprendizagem ocorre de forma dialógica, crítica e problematizadora, permitindo que os estudantes compreendam sua realidade e atuem na sua transformação.

No contexto da Educação do Campo, a alternância contribui para superar modelos educacionais urbanos e descontextualizados, historicamente impostos às populações rurais. Conforme destaca Caldart (2012), a Educação do Campo nasce das lutas sociais dos trabalhadores rurais e busca construir uma escola comprometida com os projetos de vida das comunidades camponesas. Nessa perspectiva, o território deixa de ser compreendido apenas como espaço físico e passa a ser reconhecido como espaço de produção de conhecimentos, cultura, identidade e resistência.

Além disso, a Pedagogia da Alternância fortalece a relação entre escola, família e comunidade. Nosella (2012) afirma que essa metodologia amplia a participação das famílias no processo educativo, promovendo uma formação que considera os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da vida no campo. Dessa forma, a educação assume um caráter coletivo, envolvendo diferentes sujeitos na construção dos processos de ensino e aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à valorização da permanência dos jovens no campo. Ao relacionar os conteúdos escolares às práticas produtivas e às demandas das comunidades, a alternância contribui para fortalecer a identidade camponesa e estimular projetos de desenvolvimento local sustentável. Essa perspectiva dialoga com as discussões de Arroyo (2012), ao defender que a educação deve reconhecer os sujeitos do campo como protagonistas históricos e políticos.

Nesse contexto, a Pedagogia da Alternância se constitui como uma estratégia formativa central no âmbito da Educação do Campo, na medida em que articula de forma orgânica teoria e prática, ao mesmo tempo em que fortalece os vínculos comunitários e reconhece a legitimidade dos saberes produzidos no território. Mais do

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

que um método de ensino, trata-se de uma proposta educativa comprometida com a formação integral dos sujeitos, com a valorização da cultura camponesa e com a construção de processos formativos de caráter emancipatório, voltados à transformação das realidades sociais.

Enquanto metodologia, organiza o processo educativo a partir da alternância entre diferentes tempos e espaços de aprendizagem. Nesse movimento, os estudantes revezam períodos de formação na escola com momentos de vivência em suas comunidades e nas unidades produtivas, o que permite estabelecer uma relação mais direta entre os conhecimentos escolares e as experiências concretas do cotidiano.

Essa dinâmica favorece a articulação entre saberes acadêmicos e saberes da prática social, ampliando as possibilidades de construção coletiva do conhecimento e atribuindo centralidade às experiências dos educandos. Nesse contexto, o território deixa de ser compreendido apenas como uma dimensão geográfica e passa a assumir a condição de espaço educativo, atravessado por relações sociais, culturais e processos de produção de conhecimento. Além disso, a Pedagogia da Alternância contribui de forma significativa para o fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade, possibilitando que o trabalho pedagógico se desenvolva em consonância com as necessidades reais dos sujeitos do campo e com os desafios vivenciados em seus contextos de vida.

5 O ASSENTAMENTO ANDALUCIA E AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS

O Assentamento Andalucia, situado no município de Nioaque/MS, resulta da luta coletiva pela terra e da organização de famílias trabalhadoras Sem Terra oriundas de diferentes regiões do Brasil, como Mato Grosso do Sul, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul etc.

Esses sujeitos sociais, reunidos pela resistência e pela solidariedade, construíram, ao longo de suas trajetórias, a expectativa de uma nova possibilidade de vida. Motivados pela busca de superação das condições de exclusão e vulnerabilidade historicamente produzidas pelo sistema capitalista, integraram os acampamentos e fortaleceram a luta pela reforma agrária. Nesse processo, foi se consolidando o sonho comum de conquistar um pedaço de terra onde pudessem viver e trabalhar com

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

dignidade, afirmando, assim, um projeto de vida ancorado no direito à terra e na valorização do trabalho camponês.

Observa-se que a consolidação do Assentamento Andalucia não pode ser compreendida apenas como resultado da conquista da terra em termos materiais, mas também como um processo contínuo de produção social do território, no qual a dimensão educativa desempenha papel estruturante. Nesse sentido, a construção do assentamento está profundamente vinculada à formação de sujeitos coletivos que, ao longo de sua trajetória de luta, ressignificam suas experiências e constroem novos sentidos para o viver no campo.

A vivência nos acampamentos, marcada por situações de insegurança, despejos e precariedade, ao mesmo tempo em que expressa a negação de direitos historicamente constituídos, também se configura como espaço de aprendizagem política e organização social. É nesse contexto que se fortalece a compreensão de que a luta pela terra não se limita à sua ocupação, mas envolve a construção de novas relações sociais baseadas na solidariedade, na cooperação e na ação coletiva. Trata-se, portanto, de um processo formativo que ultrapassa os limites da escolarização formal, constituindo uma pedagogia da resistência forjada na prática social Dias (2022).

Essa perspectiva dialoga diretamente com a concepção de educação defendida por Freire (1996), para quem a educação é um ato político e libertador, fundamentado no diálogo, na conscientização e na leitura crítica do mundo, ao destacar que ensinar exige o reconhecimento dos educandos como sujeitos históricos, portadores de saberes e experiências. Tal compreensão articula-se fortemente com a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, que constroem seus conhecimentos a partir da luta e da vida cotidiana.

Nesse sentido, a Educação do Campo, ao incorporar os princípios da Pedagogia da Alternância, fortalece a articulação entre teoria e prática, permitindo que os tempos de escolarização se integrem aos tempos de vida e trabalho no assentamento. Essa dinâmica contribui para que o conhecimento escolar não se dissocie da realidade concreta dos sujeitos, mas seja construído a partir dela, valorizando os saberes populares e a experiência comunitária como elementos fundamentais do processo educativo.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

Assim, as práticas educativas desenvolvidas no Assentamento Andalucia evidenciam que a escola se constitui como espaço de formação integral, no qual se articulam dimensões cognitivas, sociais, culturais e políticas. Mais do que transmitir conteúdos, a educação assume o compromisso de fortalecer a identidade camponesa, promover o protagonismo dos sujeitos e contribuir para a permanência digna das famílias no campo, reafirmando a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social.

Ao mesmo tempo, as famílias enfrentaram períodos de intensa tensão, marcados por ameaças de despejo, repressão policial e pressões externas, o que exigiu constante mobilização e capacidade de negociação com órgãos públicos e proprietários de terra. Nesse contexto, o acampamento constituiu-se não apenas como um espaço provisório de espera pela terra, mas como um território de construção política, solidariedade e fortalecimento coletivo.

Nesse processo, as famílias aprenderam a organizar a vida em comunidade, compartilhar responsabilidades e enfrentar de forma conjunta as adversidades impostas pela luta. As experiências vividas contribuíram para a formação de uma consciência coletiva entre os trabalhadores Sem Terra, fortalecendo vínculos de pertencimento e a identidade camponesa. Assim, mesmo diante das dificuldades, da insegurança e das constantes ameaças, a permanência no acampamento representou um ato de resistência e de esperança, fundamental para a conquista da terra e para a construção de novas formas de vida no campo Dias (2022).

A formação política teve papel central nesse percurso, seja por meio de reuniões, estudos coletivos ou da própria experiência cotidiana, contribuindo para o fortalecimento da consciência de direitos e da identidade camponesa. Dessa forma, o acampamento consolidou-se como um espaço de luta ativa, no qual a resistência diária, a organização coletiva e o aprendizado político prepararam as famílias para os desdobramentos posteriores da conquista da terra e da constituição do assentamento. Conforme Freire (1987, p. 11), “ao povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do povo sem política do povo”.

As famílias que protagonizaram a ocupação e a posterior conquista do assentamento vivenciaram uma condição de subalternidade ao capital, marcada pela

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

negação de direitos básicos, pela insegurança territorial e pela exclusão social. No entanto, essa subalternidade não se traduziu em imobilismo, mas em organização coletiva e enfrentamento político, evidenciando a capacidade dos sujeitos do campo de se constituírem como protagonistas de sua própria história. Dias (2022).

No interior do Assentamento Andalucia, a organização coletiva, a produção voltada para a subsistência e para os mercados locais, a defesa da Educação do Campo e a busca por políticas públicas expressam práticas que confrontam a lógica do capital agrário. Nesse sentido, o assentamento se consolida como espaço de resistência e de recriação da vida social, onde o trabalho assume centralidade não apenas como meio de sobrevivência, mas como princípio educativo e de emancipação.

Dessa forma, a história do Assentamento Andalucia evidencia que o campesinato não é um sujeito residual ou atrasado, mas um agente histórico que, por meio da luta pela terra e pela dignidade, constrói alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento, afirmando outras racionalidades baseadas na solidariedade, na cooperação e na relação sustentável com a terra e o território.

Para Freire, (1967), essa experiência reafirma que a luta pela terra é também uma luta pedagógica e política, na qual os sujeitos se constituem enquanto protagonistas da própria história. Uma vez que a emancipação não se reduz à conquista material, mas implica um processo contínuo de conscientização, em que os sujeitos, ao refletirem criticamente sobre sua realidade, transformam-na coletivamente.

Desta feita, o Assentamento Andalucia expressa essa dimensão, ao evidenciar que a permanência no território exige organização, diálogo e prática coletiva, elementos que fortalecem a autonomia e a solidariedade. Assim, mais do que um espaço físico conquistado, o assentamento se configura como um espaço educativo em permanente construção, no qual a práxis, ação e reflexão, sustenta a resistência e a criação de alternativas ao modelo hegemônico, reafirmando a libertação como um processo histórico e coletivo.

6 EDUCAÇÃO COMO RESISTÊNCIA: DA ESCOLA DE LONA À CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO ANDALUCIA DE 1992 À 2011.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

A trajetória da educação no Assentamento Andalucia está diretamente relacionada à luta pela terra, à organização das famílias e à construção de direitos no território. Desde o período dos acampamentos, a escolarização das crianças constituiu uma preocupação coletiva e esteve vinculada às condições concretas de vida das famílias e às estratégias construídas para garantir sua permanência e organização.

Durante o período de acampamento, as famílias viviam em condições precárias, instaladas em barracos de lona preta, submetidas a ameaças de despejo e com acesso limitado aos serviços básicos. Nesse contexto, garantir a escolarização das crianças tornou-se uma preocupação coletiva e exigiu a mobilização dos próprios acampados, que passaram a criar alternativas para assegurar o acesso à educação diante da presença ainda insuficiente do poder público.

Foi nesse cenário que surgiram as chamadas escolas de lona, organizadas pelas próprias famílias com lonas, madeiras e materiais obtidos por meio de doações. Mais do que espaços destinados às atividades escolares, essas escolas integravam a vida cotidiana dos acampamentos. Eram utilizadas para aulas, reuniões, encontros e atividades de organização comunitária, constituindo espaços nos quais os conhecimentos escolares dialogavam com as experiências vivenciadas pelas famílias.

O trabalho no campo, as dificuldades enfrentadas nos acampamentos e a própria luta pela terra constituíam referências para as práticas educativas. Dessa forma, a escola não estava separada da realidade dos sujeitos, mas inserida no cotidiano da comunidade e relacionada às experiências de luta, trabalho e organização coletiva.

A organização dessas experiências contou com a participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que contribuiu para a mobilização das famílias, a organização das escolas, a formação dos educadores e a interlocução com o poder público. Os estudantes estavam vinculados formalmente à rede pública estadual, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), responsável pelo currículo oficial e pelo fornecimento de parte dos materiais didáticos.

Na prática, entretanto, o funcionamento das escolas ocorria em condições bastante limitadas, sobretudo em razão da precariedade da estrutura física e da

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

insuficiência de profissionais com formação específica. Entre os educadores havia pessoas com formação em magistério, embora sem licenciatura, enquanto outras assumiam à docência sem formação específica e atuavam de maneira voluntária.

A participação desses sujeitos estava relacionada às circunstâncias vivenciadas nos acampamentos. Em um contexto no qual a oferta regular de serviços públicos ainda não estava assegurada, a própria comunidade assumia responsabilidades para garantir que as crianças tivessem acesso à escola. A educação, portanto, fazia parte das estratégias coletivas utilizadas pelas famílias para enfrentar as dificuldades do período e construir condições de permanência no território em formação.

Essa participação também se expressava na organização da alimentação escolar. As mulheres do acampamento se revezavam no preparo da merenda, garantindo a alimentação das crianças durante as atividades. O trabalho desenvolvido por elas, juntamente com a atuação dos educadores e de outras pessoas envolvidas na organização das escolas, revela uma rede de responsabilidades compartilhadas que sustentava o funcionamento das atividades educativas.

A instabilidade dos acampamentos, marcada pelos despejos e pelas ameaças de retirada das famílias, atingia diretamente as escolas. Quando o espaço do acampamento precisava ser desmontado ou transferido, a estrutura escolar acompanhava esse movimento. A reconstrução das escolas de lona representava, assim, não apenas a retomada das aulas, mas a continuidade da escolarização das crianças diante das adversidades.

A experiência das escolas de lona também se relaciona à concepção de Educação do Campo construída a partir das lutas dos movimentos sociais. Como destaca Caldart (2012), a Educação do Campo possui uma trajetória vinculada à organização dos sujeitos camponeses e às reivindicações por direitos, não podendo ser compreendida apenas como uma política de escolarização destinada às populações rurais. No Assentamento Andalucia, essa dimensão já se manifestava nos acampamentos, quando as famílias criavam formas de garantir a educação das crianças ao mesmo tempo em que reivindicavam do Estado o reconhecimento desse direito.

Com a criação do Assentamento Andalucia, em 1996, novas demandas passaram a fazer parte da vida das famílias que haviam conquistado a terra. A

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

construção das moradias, a produção, a infraestrutura e o acesso aos serviços públicos tornaram-se questões centrais para a consolidação do território. Entre essas demandas estava a criação de uma escola no próprio assentamento, dando continuidade a uma reivindicação que já estava presente desde o período dos acampamentos.

A experiência educacional construída nas escolas de lona não foi, portanto, interrompida com a criação do assentamento. Ao contrário, a conquista da terra criou novas condições para que a reivindicação por uma escola permanente fosse incorporada à organização institucional do território.

Após a criação do assentamento, a antiga sede da fazenda, anteriormente utilizada pelo ex-proprietário para períodos de férias e lazer, foi destinada ao funcionamento da escola. O espaço passou a ser mantido pela Prefeitura Municipal de Nioaque/MS e recebeu o nome de Escola Municipal Edson Borck Rocha, em homenagem ao professor cuja trajetória esteve relacionada às experiências educacionais e à organização das famílias.

A instalação da escola representou uma mudança significativa em relação às condições vivenciadas nos acampamentos. A estrutura improvisada das escolas de lona deu lugar a uma instituição incorporada à rede municipal e localizada no próprio território das famílias. Essa mudança significou não apenas melhores condições para a escolarização, mas também o reconhecimento institucional de uma demanda construída ao longo dos anos de mobilização.

Durante o período em que esteve em funcionamento, a Escola Municipal Edson Borck Rocha passou a integrar a vida cotidiana do Assentamento Andalucia. Além das atividades pedagógicas, seu espaço era utilizado para reuniões, encontros, manifestações culturais e outras ações comunitárias, mantendo parte da dimensão coletiva que caracterizava as experiências educacionais dos acampamentos.

A escola também procurava estabelecer relações entre os conteúdos curriculares e a realidade vivida no assentamento. As atividades pedagógicas dialogavam com o trabalho, a produção, os modos de vida e os conhecimentos construídos pelas famílias.

Essa perspectiva aproxima-se da concepção de Educação do Campo apresentada por Caldart (2008), segundo a qual a Educação do Campo não se resume

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

à existência de escolas em áreas rurais, mas envolve uma proposta educativa relacionada às experiências, aos saberes e às formas de vida dos sujeitos do campo.

Nesse sentido, a presença da escola no assentamento possibilitava que a educação estivesse vinculada ao território e às experiências das famílias. A instituição escolar constituía, simultaneamente, espaço de escolarização, convivência e construção de vínculos comunitários.

O fechamento da Escola Municipal Edson Borck Rocha, em 2011, constitui um marco importante na trajetória educacional do Assentamento Andalucia. A desativação ocorreu por decisão do Executivo Municipal e esteve relacionada à redução do número de estudantes e ao processo de nucleação escolar.

Embora apresentada como uma medida de reorganização da rede de ensino, a decisão produziu efeitos que ultrapassaram a dimensão administrativa. O fechamento significou a retirada de uma instituição que havia sido incorporada à história do assentamento e que, desde sua criação, desempenhava funções que ultrapassavam a escolarização formal.

Para as famílias, a escola não representava apenas o local destinado às aulas. Sua presença estava relacionada à própria trajetória de conquista da terra e à construção de condições de vida no território. Por isso, seu fechamento interrompeu uma experiência iniciada ainda nos acampamentos e posteriormente consolidada com a criação da escola municipal.

A desativação também modificou a relação cotidiana entre estudantes, famílias e instituição escolar, uma vez que a escolarização passou a ocorrer fora do assentamento. A partir de 2011, os estudantes foram encaminhados para escolas localizadas em outros assentamentos e comunidades, o que passou a exigir deslocamentos diários pelas estradas rurais.

Com o fechamento da escola, o transporte escolar tornou-se indispensável para garantir o acesso e a frequência dos estudantes às instituições localizadas fora do assentamento. A transferência da escolarização para outros espaços não eliminou formalmente o direito à educação, mas modificou suas condições concretas de acesso.

A distância entre a moradia e a escola passou a fazer parte da experiência escolar das crianças e dos adolescentes. Estradas de terra, condições de

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

deslocamento e tempo de viagem passaram a interferir diretamente na rotina dos estudantes e das famílias.

Nesse contexto, a questão educacional deixou de estar concentrada na reivindicação por uma escola instalada no assentamento e passou a envolver outras demandas, como as condições das estradas, a garantia do transporte escolar, a ampliação das etapas de ensino e a oferta de práticas pedagógicas relacionadas à realidade das comunidades rurais.

Mesmo após o fechamento da escola, as famílias continuaram participando das discussões relacionadas à educação. A mobilização por meio de abaixo-assinados, audiências e reivindicações junto ao poder público contribuiu para a ampliação das possibilidades de atendimento educacional aos estudantes do assentamento e de comunidades próximas.

Entre essas mudanças esteve a inclusão da Pré-Escola na oferta educacional, ampliando o atendimento às crianças desde a primeira infância. Embora essa ampliação representasse um avanço, o deslocamento continuou sendo necessário para o acesso às instituições de ensino.

Outra conquista foi a oferta do Ensino Médio, possibilitando a continuidade dos estudos para adolescentes e jovens da região. A ampliação das etapas escolares, entretanto, não eliminou os deslocamentos, que permaneceram como parte da rotina dos estudantes.

As instituições que passaram a atender os estudantes do Andalucia também desenvolveram práticas relacionadas à Educação do Campo. O componente curricular Terra, Vida e Trabalho (TVT), por exemplo, possibilita aproximar os conteúdos escolares das experiências das comunidades rurais, articulando conhecimentos científicos e saberes produzidos no cotidiano do campo.

Entre as atividades desenvolvidas estão hortas escolares, visitas às propriedades da agricultura familiar, palestras, seminários e outras ações relacionadas à realidade rural. Essas experiências permitem trabalhar os conteúdos curriculares a partir de situações conhecidas pelos estudantes, valorizando a agricultura familiar, os modos de vida, os conhecimentos construídos pelas famílias e a história da luta pela terra.

Assim, mesmo sem a presença física de uma escola no assentamento, a perspectiva da Educação do Campo pode permanecer presente nas práticas

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

pedagógicas desenvolvidas pelas instituições que recebem seus estudantes. A educação passa, nesse caso, a ser construída em outros espaços, mas continua relacionada às experiências e às especificidades dos sujeitos do campo.

A trajetória da educação no Assentamento Andalucia pode ser compreendida, portanto, em diferentes momentos históricos. O primeiro corresponde ao período dos acampamentos, quando as famílias, diante da precariedade e da ausência de uma estrutura pública suficiente, organizaram as escolas de lona para garantir a escolarização das crianças.

O segundo momento ocorreu após a criação do assentamento, em 1996, quando a reivindicação por educação ganhou uma estrutura institucional com a instalação da Escola Municipal Edson Borck Rocha na antiga sede da fazenda. A escola passou a integrar a rede municipal e tornou-se parte da vida cotidiana da comunidade, articulando escolarização, convivência e organização coletiva.

O terceiro momento teve início em 2011, com o fechamento da escola em razão da redução do número de estudantes e do processo de nucleação escolar. A partir desse período, os estudantes passaram a frequentar instituições localizadas fora do assentamento, tornando o transporte escolar e os deslocamentos elementos centrais da experiência educacional.

O quarto momento corresponde à reorganização da oferta educacional após o fechamento, marcada pela ampliação do atendimento à Educação Infantil e pela oferta do Ensino Médio, bem como pela continuidade de práticas pedagógicas relacionadas à Educação do Campo, como o componente Terra, Vida e Trabalho, as hortas escolares, as visitas às propriedades da agricultura familiar e outras atividades vinculadas à realidade rural.

Desse modo, a história da educação no Assentamento Andalucia acompanha a própria constituição do território. Das escolas de lona às instituições escolares localizadas fora do assentamento, diferentes momentos expressam as transformações nas condições de vida das famílias e nas relações estabelecidas com o poder público.

Essa trajetória não deve ser compreendida apenas como uma sucessão de instituições escolares, mas como um processo marcado por conquistas, mudanças, perdas, adaptações e mobilizações em torno do direito à educação. Desde os

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

acampamentos, a educação esteve relacionada à organização coletiva e à luta pela permanência no campo.

Como aponta Freire (1967), a transformação da realidade pressupõe a participação dos sujeitos na compreensão crítica das condições em que vivem. No Assentamento Andalucia, essa participação pode ser observada tanto na criação das primeiras escolas durante os acampamentos quanto nas reivindicações posteriores relacionadas à oferta educacional. Caldart (2008, p. 265) afirma que:

> E o modo de fazer a luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupa la também nessa perspectiva, como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de estudo que trabalhe com essa vida concreta.

A compreensão de Caldart (2008) reforça que a Educação do Campo deve estar fundamentada na realidade vivida pelos sujeitos camponeses, integrando suas experiências, saberes e desafios ao processo educativo. Assim, a escola torna-se um espaço de formação humana e de fortalecimento da identidade coletiva, contribuindo para que os estudantes compreendam seu território, valorizem sua história e se reconheçam como protagonistas na construção e na defesa do campo como espaço de vida e de produção de conhecimentos.

A experiência das famílias demonstra, assim, que a conquista da terra não encerrou as reivindicações. Com a criação do assentamento, outras necessidades ganharam centralidade, entre elas moradia, produção, infraestrutura, saúde e educação. A trajetória escolar acompanha esse processo: iniciou-se nas estruturas improvisadas dos acampamentos, consolidou-se institucionalmente com a Escola Municipal Edson Borck Rocha e, após sua desativação em 2011, reorganizou-se em instituições situadas fora do assentamento.

Nesse percurso, a educação permaneceu como dimensão importante da permanência das famílias no campo. Ainda que a escola tenha deixado de existir fisicamente no território, as demandas por escolarização, transporte, acesso às diferentes etapas de ensino e valorização dos conhecimentos do campo permaneceram presentes. A história educacional do Andalucia revela, portanto, que a luta pelo direito à educação acompanha a própria construção e transformação do território, assumindo diferentes formas conforme as condições históricas vivenciadas pelas famílias.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender que a trajetória do Assentamento Andalucia, em Nioaque/MS, está diretamente relacionada à atuação dos Movimentos Sociais do Campo, à luta pela terra e à construção de condições para a permanência das famílias no território. A criação do assentamento, em 1996, representou uma importante conquista, mas também deu início a novos desafios relacionados à educação, ao trabalho, à produção, à moradia, à infraestrutura, à saúde, à cultura e à organização comunitária. Nesse contexto, a permanência no campo passou a exigir não apenas o acesso à terra, mas a construção de políticas e práticas capazes de garantir condições dignas de vida.

A educação esteve presente desde o período de acampamento, quando as famílias organizaram as chamadas escolas de lona para assegurar a escolarização das crianças em meio às condições precárias e às dificuldades enfrentadas naquele período. Essa experiência evidencia que a educação esteve articulada às necessidades concretas das famílias e ao processo de organização coletiva dos trabalhadores do campo. A escola, portanto, constituiu-se como parte das estratégias construídas pelos próprios sujeitos para garantir direitos e enfrentar as condições adversas vivenciadas durante a luta pela terra.

Após a criação do assentamento, a instalação da Escola Municipal Edson Borck Rocha representou a continuidade dessa reivindicação. O aproveitamento da antiga sede da fazenda para o funcionamento da escola aproximou a educação da realidade cotidiana das famílias e possibilitou o desenvolvimento de práticas relacionadas às características do território. Atividades como o componente Terra, Vida e Trabalho, as hortas escolares, as visitas às propriedades da agricultura familiar e os seminários contribuíram para estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e as experiências de trabalho, produção e organização da comunidade.

Essas experiências aproximam-se dos princípios da Educação do Campo, ao considerar que a formação dos sujeitos deve estabelecer diálogo com suas realidades sociais, culturais e econômicas. Nesse sentido, a escola pode constituir-se como espaço de produção de conhecimentos relacionados à vida no campo, valorizando os

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

saberes das famílias e estabelecendo relações entre os conteúdos escolares e as práticas desenvolvidas no território.

A desativação da Escola Municipal Edson Borck Rocha, em 2011, modificou essa organização. Com a nucleação da oferta escolar, os estudantes passaram a frequentar instituições situadas em outros assentamentos, aumentando a dependência do transporte escolar e alterando a relação cotidiana entre escola e comunidade. Essa mudança demonstra que a garantia do direito à educação precisa considerar as especificidades territoriais da população do campo, uma vez que o acesso à escola envolve também deslocamento, condições de transporte, tempo de permanência fora da comunidade e possibilidades de participação das famílias na vida escolar.

Nesse contexto, os Movimentos Sociais do Campo assumem papel fundamental na construção de propostas educacionais que estejam vinculadas às necessidades dos sujeitos camponeses. A experiência do Andalucia demonstra que a educação pode ser compreendida como dimensão da organização social e da construção de alternativas para a vida no campo. As reivindicações por escola, formação, trabalho e políticas públicas não ocorrem de maneira isolada, mas fazem parte de um conjunto de demandas relacionadas à construção de um projeto de vida e de desenvolvimento para o território.

É nessa perspectiva que a Pedagogia da Alternância apresenta-se como uma possibilidade de fortalecimento dos processos educativos vinculados à realidade do Assentamento Andalucia. A articulação entre Tempo Escola e Tempo Comunidade possibilita estabelecer uma relação mais estreita entre os conhecimentos sistematizados pela escola e as experiências vivenciadas pelos estudantes junto às suas famílias e à comunidade. Essa organização pode contribuir para que o processo educativo ultrapasse os limites físicos da escola e dialogue diretamente com as práticas sociais, produtivas e culturais presentes no assentamento.

No contexto do Andalucia, a Pedagogia da Alternância pode ser articulada a atividades relacionadas à agricultura familiar, à pecuária, ao extrativismo do cumbaru, às práticas de produção, às experiências de organização coletiva e às questões ambientais presentes no território. O Tempo Comunidade pode possibilitar a investigação e o acompanhamento dessas práticas pelos estudantes, enquanto o Tempo Escola pode favorecer a sistematização dos conhecimentos produzidos a

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

partir dessas experiências. Dessa maneira, teoria e prática deixam de ser dimensões separadas e passam a integrar um processo formativo relacionado à realidade dos sujeitos.

Essa perspectiva também contribui para pensar uma educação que não prepare os jovens exclusivamente para deixar o campo, mas que possibilite compreender as condições, os desafios e as potencialidades existentes no próprio território. A formação escolar, articulada às experiências familiares e comunitárias, pode favorecer o desenvolvimento de conhecimentos necessários à produção, à organização social, à sustentabilidade e à construção de alternativas para a permanência das novas gerações no campo.

A experiência do Assentamento Andalucia também evidencia que a conquista da terra não encerra a atuação dos Movimentos Sociais do Campo. Após a criação do assentamento, permanecem demandas relacionadas à infraestrutura, às políticas públicas, à produção, à educação e às condições de vida das famílias. A organização comunitária constitui, nesse processo, importante instrumento para reivindicar direitos, estabelecer parcerias e construir alternativas diante dos desafios enfrentados no cotidiano.

As contribuições de Freire e Caldart ajudam a compreender essa perspectiva ao enfatizarem a participação dos sujeitos na construção do conhecimento e a relação entre Educação do Campo, realidade social e lutas coletivas. A educação, nessa concepção, não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve a formação de sujeitos capazes de compreender sua realidade, participar de sua transformação e construir projetos individuais e coletivos vinculados ao território.

Assim, os resultados deste estudo indicam que os Movimentos Sociais do Campo e as práticas educativas desenvolvidas no Assentamento Andalucia constituem elementos importantes para compreender os processos de organização e permanência das famílias no campo. A educação assume papel estratégico nesse processo quando dialoga com o trabalho, a produção, a cultura, a organização comunitária e as condições concretas de vida dos sujeitos.

A Pedagogia da Alternância, nesse cenário, apresenta-se como uma possibilidade de construção de alternativas educativas que valorizem a realidade do assentamento e ampliem a participação das famílias no processo formativo. Sua articulação entre Tempo Escola e Tempo Comunidade pode contribuir para aproximar

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

escola, família e comunidade, favorecendo a produção de conhecimentos relacionados às necessidades e potencialidades do território.

Conclui-se, portanto, que a experiência do Assentamento Andalucia reafirma a importância dos Movimentos Sociais do Campo na construção de direitos e de alternativas para a vida no território. A Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância podem contribuir para fortalecer esse processo ao reconhecer os sujeitos camponeses como produtores de conhecimentos e ao estabelecer relações entre formação escolar, trabalho, cultura, produção e organização comunitária.

Mais do que garantir o acesso à escolarização, trata-se de construir processos educativos que façam sentido para os sujeitos e que estejam vinculados às condições concretas de vida no campo. Nesse sentido, pensar a educação no Assentamento Andalucia significa também pensar as possibilidades de desenvolvimento do território e de permanência das famílias, especialmente das novas gerações, fortalecendo uma educação comprometida com a realidade, com a participação social e com a construção coletiva de alternativas para o campo.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Campo: identidades e políticas públicas**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, C. A. (org.). **Educação do campo: campo – políticas públicas – educação**. Brasília: Incra/MDA, 2008.

CANDIL, R. A. **Capacitação Construtiva Local e o Estímulo ao Uso do Cumbaru no Incremento de Renda em Assentamento Rural: o caso do assentamento Andalucía, Nioaque/MS**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2004.

COSTA, L. **Aspectos Tecnológicos da Produção Leiteira no Projeto de Assentamento Andalucía, Município de Nioaque-MS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

DIAS, Cristiane F. **Questão Agrária no Brasil e Argentina: práxis e consciência em movimento**. São Paulo: Ed. Dialética, 2022.

ECOA. **Assentamento Andalucía realiza programa de extrativismo**. 2019. Disponível em: https://ecoa.org.br. Acesso em: 20 jun. 2026.

FALCÃO, O.; PHILIPPI, D.; PORTO, B. **Inovação e sustentabilidade: o caso da castanha de cumbaru do Assentamento Andalucía em Mato Grosso do Sul**. XXI ENGEMA, dez. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ISBN: 978-65-83121-12-7 DOI DO LIVRO: 10.29327/5920841

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. **Educação do Campo**. Brasília: MEC, 2012.

NOSELLA, Paolo. **Origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2012.